

● AS OUTRAS GUERRAS (1931-2022)

Antecipar tempos difíceis

ERICA FRANCO
efranco@dnoticias.pt

O ano é 2022. Saídos de uma pandemia, a braços com uma guerra na Europa e a subida desenfreada do custo de vida, faltar-nos-á muito para ressuscitar a trilogia dos velhos manuais de História “peste, guerra e fome”?

Numa análise às principais crises, desde o início do século XX até à actualidade, historiadores e economistas traçam um cenário difícil para o mundo ocidental tal como o conhecemos, com repercussões que não tardarão em fazer-se sentir também nos bolsos dos madeirenses.

O DIÁRIO – presença activa e constante ao longo das crises que fizeram a nossa história – procurará assim, em dia de aniversário, olhar para as lições do passado e projectar possíveis cenários para a crise iminente que nos ‘bate à porta’.



● AS OUTRAS GUERRAS (1931-2022)

Do 'Decreto da Fome' à 'revolução esquecida'

ERICA FRANCO
efranco@dnoticias.pt

“As crises repetem-se”, diz-nos o historiador Emanuel Gaspar, olhando em retrospectiva para as revoltas associadas a crises na ilha da Madeira no início do século XX. Com efeito, na década de 1930, a falta ou concentração de matérias-primas resultou nalguns dos episódios mais violentos da nossa história recente.

A 26 de Janeiro de 1931 – ainda o mundo sentia os efeitos da Grande Depressão de 1929 – o governo faz publicar em Diário da República o decreto 19.273, mais conhecido por ‘Decreto da Fome’, que acabava com a livre importação de trigo e farinhas.

O estado pretendia criar um monopólio dos cereais, que teve como principal consequência o aumento



A 4 de Fevereiro de 1931, a imprensa local publica o controverso decreto-lei e rapidamente são extrapoladas as consequências deste para a sociedade madeirense.

do preço do pão, fazendo crescer o descontentamento geral, que já se fazia sentir na sequência de uma série de decisões polémicas (nomeadamente os impostos sobre o linho e a aguardente).

Em pleno ‘ataque’ da tuberculose, a chamada “peste branca”, o povo madeirense revolta-se contra a asfixia a que estava sujeito e, entre 4 e 9 de Fevereiro de 1931, dá-se aquela que ficará conhecida como a Revolta da Farinha.

Embora de curta duração, esta revolta lançava as sementes de um

movimento político contra a Ditadura Militar, que exigia o regresso ao regime republicano democrático e constitucional. Falamos da Revolta da Madeira, “o acontecimento político e revolucionário mais marcante no país antes do 25 de Abril de 1974”, segundo o economista João Abel de Freitas.

“Esta revolta está ligada às condições de grave penúria na Madeira, conectada também à crise financeira do ‘crash’ da Bolsa de Nova Iorque, que causou uma grave crise financeira a nível mundial. Houve a falência do Banco Henrique Figueira da Silva, a maior instituição financeira da ilha, levando à suspensão de pagamento de depósitos e a uma crise generalizada”, clarifica o investigador do Centro de Investigação em Estudos Regionais e

PUB

Diário de Noticias

146 anos

Viva

continuamos a crescer sempre de parabéns

- [no.pilar]
- [nos.barreiros]
- [na.praça]
- [nas.madalenas]
- [na.avenida]
- [no.mercado]
- [na.travessa]



Sr. Designer

● AS OUTRAS GUERRAS (1931-2022)

“Estas crises, que originaram revoltas populares, assemelham-se aos dias de hoje na medida em que estão ligadas à falta ou concentração de matérias-primas, levando ao aumento de preços dos bens e contaminando toda a economia insular”

Emanuel Gaspar, historiador

► Locais da Universidade da Madeira (Cierl), Emanuel Gaspar.

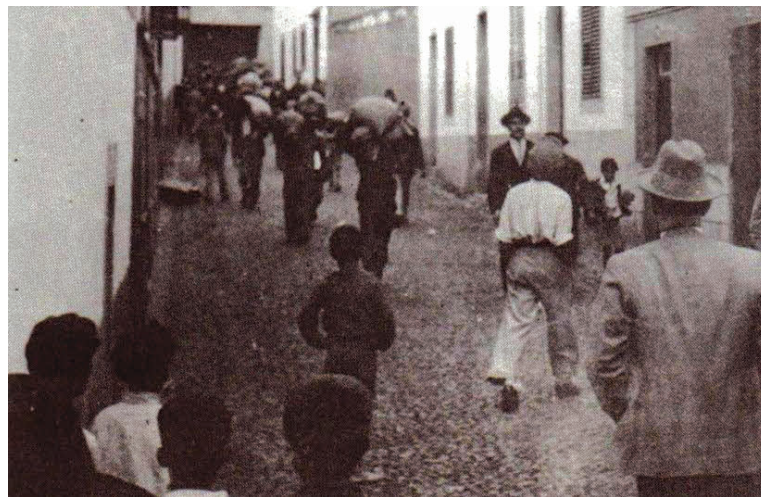
Num artigo publicado sobre o tema no Jornal Económico, João Abel de Freitas realça que “a situação da Madeira era de caos, de grande instabilidade, explosiva e o receio do futuro campeava por todo o lado”.

Pelas sete da manhã do dia 4 de Abril de 1931 – “num sábado de aleluia muito cinzento” – iniciou-se, então, o levantamento militar que durou até 2 de Maio do mesmo ano.

O movimento levou à constituição de uma junta governativa – “com organização própria e desenvolvimento de trabalho até no campo diplomático” – presidida pelo General Sousa Dias e composta pelos coronéis Fernando Freiria e Mendes dos Reis e ainda um quarto elemento, o tenente Manuel Camões, médico, como representante e delegado das forças que se sublevaram em 4 de Abril.

Perante o cenário de conflito armado, as nações estrangeiras com interesses na Região acionaram meios, sendo que no dia 8 de Abril já se encontrava fundeado na baía do Funchal o cruzador inglês ‘London’, com o intuito de proteger os súbditos britânicos e seus bens.

A reacção do Estado ganha visibi-



Populares transportando sacos de farinha roubados das moagens assaltadas | Fevereiro de 1931.

FOTO COLOCADA À DISPOSIÇÃO PÚBLICA POR ABEL ZEFERINO

lidade a 7 de Abril, altura em que partem forças de Lisboa para dominar a revolta, sob o comando do coronel Fernando Borges. A 24 e 25 desse mês, partem novas expedições para a Madeira, respectivamente sob o comando do Contra-Almirante Magalhães Correia e do Coronel Carneira.

As hostilidades começam no dia 26 de Abril, no Caniçal, e nos dias que se seguem ocorrem novos ataques na Calheta, Funchal e Machico, sendo que os combates mais intensos ocorreram no dia 30 (Caniçal e Machico). No dia seguinte, as forças

governamentais bombardearam o litoral Sul e tomaram Machico, onde se verificam mortos e feridos.

No dia 2 de Maio, perante a incapacidade de contrariar as forças governamentais, que atacavam por terra, mar e ar, a Junta Governativa da Madeira, reunida no Porto Novo, envia um telegrama de rendição ao ministro da Marinha.

“A revolta, a que houve uma grande adesão da população madeirense, tentou dar solução a alguns problemas locais, onde o ataque ao desemprego começa por ser uma das prioridades”, sublinha o também autor

de oito livros de análise económica, social e política sobre a Madeira.

De destacar que entre as primeiras acções da junta revolucionária encontram-se medidas como a revogação do ‘Decreto da Fome’, concessão de empréstimos à indústria de bordados, proibição de especulação sobre bens essenciais e activação de mecanismos de defesa. Foi também decidido que a filial do Banco de Portugal na Madeira passasse para a alçada da junta governativa”, cabendo a direcção a Manuel Pestana Júnior. Pestana Júnior tutelaria ainda uma de duas novas subsecretarias de Estado – a da economia pública – criadas em resultado deste movimento. A outra subsecretaria – do comércio e comunicações – seria tutelada pelo capitão de Engenharia Carlos Frazão Sardinha.

“Para todos os concelhos e outras instituições como a junta geral foram designadas pessoas de confiança do movimento, surgindo assim uma nova administração ci- ►

FMR 2022
CAMPEONATO
MOTOCROSS
NACIONAL
2022
JOGOS



CAMPEONATO NACIONAL

MOTOCROSS

MX65

CALHETA ▶ FAJÃ DA OVELHA

DIAS **15** **16**

OUTUBRO

2022







+ INFO → WWW.MXMADEIRA.PT

O Município da Calheta congratula o Diário de Notícias pelo seu 146º Aniversário



PARABÉNS AO NOSSO PARCEIRO
DIÁRIO DE NOTÍCIAS PELO SEU 146.º ANIVERSÁRIO

PUB

MENUS PARA GRUPOS

Casamentos | Batizados
Crismas | Primeira Comunhões
Aniversários | Empresas

📍 TRAVESSA DO VALENTE, 5B FUNCHAL

☎ 291 763 943

✉ terrace5b@gmail.com

📱 terrace.dajuda

📶 WIFI LIVRE

Visite-nos...

32°38'22.8"N | 16°55'39.0"W

AS OUTRAS GUERRAS (1931-2022)

Museu de Fotografia da Madeira - Atelier Vicente's



Membros da Junta Revolucionária, da esquerda para a direita: Tenente Carlos de Jesus Vilhena; Tenente Manuel Ferreira Camões; Alferes Hasse Ferreira; Coronel Fernando Augusto Freiria; General Adalberto Gastão de Sousa Dias; Major Carlos Bragança Parreira; Coronel de Infantaria José Mendes dos Reis; Major Filipe de Sousa; Capitão Augusto Casimiro e Coronel José da Costa | Abril de 1931. FOTO PERESTRELLOS PHOTOGRAPHS | EM DEPÓSITO NO ABM

Museu de Fotografia da Madeira - Atelier Vicente's



Armamento abandonado pelos revoltosos no Quartel do Colégio (Funchal) | Maio de 1931. FOTO PERESTRELLOS PHOTOGRAPHS | EM DEPÓSITO NO ABM



Tropas governamentais vindas de Machico, a caminho de Santa Cruz | Maio de 1931. FOTO PERESTRELLOS PHOTOGRAPHS | EM DEPÓSITO NO ABM

DIÁRIO revela mortes escondidas por Salazar

► vil, limpa de elementos afetos à Ditadura Militar. A grande falha desta revolta foi o desencontro com as forças políticas do continente”, conclui João Abel de Freitas.

Em 1934, suceder-se-ia a crise da cana sacarina, “que estabeleceu o monopólio da produção de açúcar no engenho do Torreão, pertencente à família Hinton, proibindo a construção de novos engenhos ou a produção de açúcar por outros engenhos, podendo assim a fábrica do Torreão estabelecer os preços que bem entendia”, descreve Emanuel Gaspar.

Dois anos mais tarde, em 1936, um novo decreto-lei veio reorganizar todo o sector da indústria leiteira e criar a Junta Nacional de Lacticínios da Madeira (JNLM), o que resultaria numa nova e violenta revolta popular: a Revolta do Leite.

“Na altura a produção de lacticínios era uma das maiores produções da ilha, com muita gente do povo que possuía cabeças de gado leiteiro que vendiam ►



Um trabalho de investigação do jornalista Élvio Passos, publicado na edição de 25 de Abril de 2022, traz à luz aspectos até então desconhecidos da Revolta do Leite, de 1936, como a existência da única vala comum conhecida em território português, no Cemitério das Angústias, no Funchal.



AS OUTRAS GUERRAS (1931-2022)



Militares na avenida Dr. Manuel Arriaga (actual Avenida Arriaga) durante a Revolta da Madeira, freguesia da Sé, concelho do Funchal | 4 de Abril de 1931. FOTO CHARLES COURTENAY SHAW | EM DEPÓSITO NO ABM



Carro da Cruz Vermelha, em Machico, a transportar feridos para o Funchal | Abril de 1931. FOTO PERESTRELLOS PHOTOGRAPHS | EM DEPÓSITO NO ABM

▶ às várias indústrias. Ora a concentração num monopólio iria baixar drasticamente o preço, já de si muito baixo e quase de sobrevivência”, elucida o historiador.

A Revolta do Leite provocou à volta uma dezena de mortos, 600 prisioneiros e um número indeterminado de feridos (além de assaltos a fábricas e destruição de livros de repartições públicas).

Machico, Ribeira Brava e Funchal foram os concelhos de maior agitação, com mortes a assinalar nas duas primeiras localidades. Conforme precisa o DIÁRIO, num artigo assinado pelo jornalista Elvío Passos, em Abril último, “alguns dos estudos realizados, até hoje, referem entre sete a dez mortos. Não se sabe se em algum deles foram considerados os mortos, baleados na Ribeira Brava e que acabaram enterrados em vales comuns, sem qualquer identificação, no Cemitério das Angústias, no Funchal, hoje Parque de Santa Catarina”.

Apesar da dimensão que assumiu estamos perante “uma revolta esquecida”, escreve João Abel de Freitas, em 2017, no Jornal Económico.

“Uma revolta da arraia-miúda, sem figuras de proa dos partidos da I República, de pessoas gradadas da Maçonaria ou de altos postos mili-



A 5 de Maio de 1931 o DIÁRIO relata “a queda do Caniçal em poder das tropas governantes”, descrita por um combatente.

tares”, sustenta. A isto soma-se a acção do Estado Novo para ‘abafar’ a rebelião insular.

“Estes regimes de monopólios, em diversas áreas industriais, apenas contribuíram para agravar as já parcas condições económicas e so-

ciais em que viviam os habitantes do arquipélago”, resume Emanuel Gaspar a propósito das revoltas dos anos de 1930.

“Estas crises, que originaram revoltas populares, assemelham-se aos dias de hoje na medida em que estão ligadas à falta ou concentração de matérias-primas, levando ao aumento de preços dos bens e contaminando toda a economia insular”, pondera ainda o investigador do Cierl. “Infelizmente às vezes não se aprende com a história”, acrescenta.

Mc SABE BEM FAZER UMA PAUSA



Imagens ilustrativas. © 2022 McDonald's



BLANDY
travel

Congratulamos o
Diário de Notícias
pelo seu Aniversário.

☎ 291 220 660

✉ viagens@blandytravel.com

🌐 www.blandytravel.com

● AS OUTRAS GUERRAS (1931-2022)

Admirável mundo novo

ERICA FRANCO
efranco@dnoticias.pt

Sem fazer contas, pelo menos de forma directa, ao impacto de duas grandes guerras mundiais neste trabalho, nos 86 anos que se seguiram às revoltas contra os monopólios, o DIÁRIO seria testemunha das novas crises que moldaram a nossa realidade política, económica e social, a começar pelo conturbado período revolucionário que se seguiu ao golpe militar do 25 de Abril de 1974 e viu nascer a Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (Flama).

Após a Revolução dos Cravos, o regime político português mudou de uma ditadura autoritária para uma democracia (a Terceira República), mas só após um período de transição de dois anos – conhecido por PREC (Período Revolucionário Em Curso) – caracterizado por tumultos sociais e disputas pelo poder entre as forças políticas radicais da esquerda e da direita.

“No caso do pós 25 de Abril aqui na Madeira já existiam propostas ao nível político de progressiva autonomização, que muitas vezes não passavam do debate. Por outro lado, havia uma crescente insatisfação (...). Se olharmos para a história desse período, verificamos que a Madeira insere-se, com as suas especificidades, num movimento que é



POSSE DO I GOVERNO REGIONAL



UM MARCO NOTÁVEL

NA ENCRUZILHADA HISTÓRICA DA AUTONOMIA
PARA O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA POLÍTICA

Tomada de posse do primeiro
Governo Regional da Madeira, em
Outubro de 1976.

nacional. Nos Açores, na Madeira e de Norte a Sul do país existem manifestações, atentados bombistas, movimentos organizados, o assalto de sedes de partidos, prisões, agressões, que no caso da Madeira têm como referência em termos de acções violentas a Flama”, diz o historiador Paulo Rodrigues.

A Flama foi uma organização separatista e paramilitar, constituída a partir das elites regionais, que perpetrou ataques terroristas no passado, nomeadamente ataques bombistas. O seu principal objectivo era a independência do arquipélago em relação ao restante território de Portugal.

Não obstante, as aspirações da Flama consistiam mais numa reacção política de direita contra a natureza esquerdista e radical do golpe militar do que propriamente num verdadeiro objectivo separatista, por razões étnicas ou nacionalistas.

Numa outra nota, o professor da Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira reconhece que este movimento “representava uma pequena minoria, mas uma minoria que, pela forma de agir, de fazer e sentir, não passava despercebida” e, consequentemente, “poderia ter tido efeitos bastante mais graves, no-

meadamente no número de baixas humanas”.

O movimento nunca foi julgado pela autoria de mais de 70 atentados bombistas, perpetrados entre 1975 e 1978 no arquipélago. Entre as acções armadas levadas a cabo pela Flama destacam-se: o ataque ao presidente do Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil do Funchal, a 21 de Setembro de 1975; a ocupação das instalações da Emissora Nacional na Madeira, a 7 de Outubro do mesmo ano ou os incidentes durante a visita oficial de Ramalho Eanes à Madeira, a 30 de Junho de 1977.

Os bombistas – afirmou Alberto João Jardim no Parlamento da Madeira, em 1975 – “não são dignos de castigo, mas de recompensa”, uma vez que são “defensores da pátria e da democracia”.

O antigo presidente do Governo Regional foi, de facto, por diversas vezes apontado como um dos activistas da Flama. O rumor seria desmentido pelo próprio, na autobiografia política ‘Relatório de Combate’, publicada em 2017.

“Ao contrário do que adversários políticos me acusaram – não é que o papel da Flama tivesse sido desonroso, antes pelo contrário –, eu não só nunca pertenci a qualquer das suas diferentes organizações, como nem sequer es-

“O papel
da imprensa e,
em particular
do DIÁRIO
de Notícias,
é essencial no
próprio processo
de afirmação e
construção da
Autonomia”

Paulo Rodrigues, historiador

EXTINFOGO MADEIRENSE

Entidade Registada na
ANEPC – Autoridade Nacional
de Emergência e Protecção
Civil sob o nº 68

COMERCIALIZAÇÃO,
INSTALAÇÃO E
MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTOS
DE SEGURANÇA
CONTRA INCÊNDIOS

FELICITAMOS O NOSSO
PARCEIRO DE NEGÓCIO
DIÁRIO DE NOTÍCIAS
PELO SEU
146.º ANIVERSÁRIO

Rua da Infância, N.º 11
9060 - 131 Funchal
Telf.: 291 225 738
Tlm.: 962 412 270
Email.: geral@extinfogo.com



AS OUTRAS GUERRAS (1931-2022)

► “tabeleci contactos com elas”, assumiu Jardim.

Paulo Rodrigues salvaguarda que “se analisarmos aquilo que era a participação pública de muitas das personalidades que então já estavam envolvidas politicamente, quer no PPD, quer no PS, não defendiam essa linha de desenvolvimento político (não quer dizer que não tivessem conhecimento)”.

Após a normalização do sistema político português – nomeadamente com a proclamação da Constituição de 1976, que consagrou a Autonomia político-administrativa da Madeira e dos Açores (onde também existia um movimento similar, a Frente de Libertação dos Açores) – a Flama perdeu muita da sua importância e influência, acabando por desaparecer. “Acabou por se extinguir pelas pontes e pelo diálogo que foi possível estabelecer entre as então Ilhas Adjacentes e o poder central, mas também pelo facto de a nível nacional, a partir do 25 de Novembro, se ter colocado um ponto final a um conjunto de experiências que se estavam a tentar realizar, que não tinham apoio de vários sectores da política portuguesa e não tinham qualquer apoio da maioria da população da Madeira e dos Açores”, vinca o historiador.

“Num momento de crise aparece-



Passados mais de 30 anos sobre a extinção da Flama, a Madeira acordou, por duas vezes, com várias bandeiras do movimento separatista espalhadas pela ilha: a primeira a 25 de Abril de 2009 e a segunda a 1 de Julho de 2011, dia da Região. A acção foi divulgada a vários jornalistas por telemóvel, ainda pela madrugada e publicado um comunicado. Alegados membros da Flama pediam realização de um referendo sobre a independência; Ex-flamistas Daniel Drumond e Costa Miranda demarcaram-se destas actividades.

FOTOS ARQUIVO/ ASPRESS

ram certos fenómenos separatistas, que depois com a gradual normalização, com a capacidade de diálogo, de negociação e, acima de tudo, com a definição do estatuto novo de Região Autónoma na Constituição de 1976, desapareceram também naturalmente como tinham surgido, tanto da Madeira como nos Açores”, sintetiza.

Paulo Rodrigues enaltece também o papel dos meios de comunicação neste processo autónomico. “[Os media] tiveram um papel fundamental na afirmação e na capacidade de projecção da Madeira no exterior, não só no sentido de noticiar dando conhecimento de que o território existia e das suas condições, mas também como veículo

para o debate e para a reivindicação (...) Atrevo-me mesmo a dizer que, a partir do século XIX e até grande parte do século XX, o papel da imprensa e, em particular do DIÁRIO de Notícias, é essencial no próprio processo de afirmação e construção da Autonomia”, reforça.

A adesão à Comunidade Europeia, na década de 1980, terá também um forte impacto naquela que é hoje a nossa realidade.

“É a entrada de Portugal e, em particular da Madeira, numa era de desenvolvimento – que não teria sido possível sem o 25 de Abril e o 25 de Novembro – mas que, de facto, a partir dos anos de 1980 marca uma mudança impressionante, porque vai permitir dar resposta (no que diz respeito ao apoio económico e, acima de tudo, financeiro) a um conjunto de reivindicações que já eram bastante antigas”, admite o professor da UMA.

O historiador considera que para a Madeira a grande vantagem da integração na União Europeia “tem a ver com a sua capacidade de interagir e comunicar com o exterior, desde logo através das suas portas de entrada” – porto e aeroporto – que sofreram uma “melhoria das condições infra-estruturais” após a adesão. Na mesma linha, releva “a cria-

ção de interligações internas” [leia-se a rede viária] que permitiu “criar ligações dentro da própria ilha e entre os seus principais pólos habitacionais ou urbanos”.

Assinala também que a assinatura e posterior entrada em vigor do tratado de Lisboa, em 2009, veio “reformular o próprio teor das relações dos estados e das regiões desses estados com União Europeia”, daqui decorrendo a definição do conceito de região ultraperiférica.

Este processo não é, todavia, isento de desafios. Paulo Pereira, presidente da Ordem dos Economistas na Madeira, salienta que “os últimos 25 anos do século XX da RAM foram marcados pela instauração e desenvolvimento de um processo autónomico (ajudado pela entrada na CEE em 1986) que, com o passar do tempo, criou uma estrutura governativa pesada, que fez com que o peso do Estado na economia e vida social da RAM inevitavelmente crescesse para níveis desmesurados, o que hoje é sentido com a dimensão da carga fiscal, burocracia e regulações indiscutivelmente superiores às vividas nesses ‘anos dourados’ da Autonomia e que levaram a consideráveis e muito rápidas melhorias do nível de vida dos locais que hoje não são tão perceptíveis”.

LUBRIMADE

LUBRIMADE - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS
E LUBRIFICANTES DA MADEIRA, LDA

NOVA ÁREA DE SERVIÇO

está disponível desde o dia 1 de Setembro de 2021



Área
de Serviço de Santana
na Avenida 25 de Maio N.º 45

SEDE

Travessa do Tanque 39/41, 9020-258,
Santo António - Funchal
Telefone: 291229820
E-Mail: lubrimade@netmadeira.com